

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Edital 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	SUELI MIWA KIHARA ARABORI	30/04/2026 16:22 (v 0.10)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23411.001110/2026-08

Informações Iniciais

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

(Processo Administrativo nº 23411.001110/2026-08)

Torna-se público que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR), por meio da Diretoria de Gestão de Licitações, sediada na Av. Sen. Salgado Filho, 1200 - Guabirota, Curitiba - PR, 81510-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CONTRATANTE (UASG): 158009

OBJETO: Aquisição de Materiais e Equipamentos do Eixo de Controle e Processos Industriais - Permanente

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 721.591,03 (setecentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e um reais e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/05/2026 - 9:00h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: SIM

1. DO OBJETO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Materiais e Equipamentos do Eixo de Controle e Processos Industriais - Permanente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. No caso do reajustamento dos preços registrados, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e aplicado o índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2.3 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada;

6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer

tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por cópia assinada por certificação digital.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2(duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a Administração do IFPR, Órgão Gerenciador, enviará aos licitantes classificados em primeiro lugar, a Ata de Registro de Preço assinada.

11.1.1. A declaração de concordância (anexo a este edital) substituirá a necessidade dos licitantes habilitados assinarem a Ata de Registro de Preço, tendo em vista a concordância expressa quanto à minuta da Ata de Registro de Preço (anexo a este edital);

11.1.2. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos.

11.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.6.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.paranagua@ifpr.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ifpr.edu.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2 - Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

16.11.3 - Anexo III - Minuta da Ata de Registro de preços;

16.11.4 - Anexo IV - Declaração de Concordância com a Ata;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE BARBOSA DIAS JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 16:22:13.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I- Termo de Referencia.pdf (862.81 KB)
- Anexo II - Anexo II- Modelo de Proposta de Precos- objeto 18.docx.pdf (96.99 KB)
- Anexo III - Anexo III- Minuta da Ata de Registro de Precos.pdf (128.06 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Declaracao de Concordancia com a Ata.pdf (371.97 KB)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Termo de Referência 128/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
128/2026	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	SUELI MIWA KIHARA ARABORI	29/04/2026 15:00 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23411001110202608

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais e Equipamentos do Eixo de Controle e Processos Industriais - Permanente, destinados ao atendimento das demandas dos diversos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela I - Relação de itens, especificações, quantidades e valores.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	460100	ALICATE AMPERÍMETRO COM VOLTÍMETRO, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD), 3 1/2 DÍGITOS (2000 CONTAGENS); INDICAÇÃO DE POLARIDADE AUTOMÁTICA; INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA; ILUMINAÇÃO NO DISPLAY E GARRA; PEAK HOLD; CATEGORIA DE SOBRETENSÃO CAT III 600 V; TENSÃO DC: 200 MV, 2 V, 20 V, 200 V, 1000 V COM PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1000 V DC/750 V AC E IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 10 MILIOHMS, RESOLUÇÃO 0,1 MV, 1 MV, 10 MV, 100 MV, 1 V; TENSÃO AC: 200 V E 750 V COM PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1000 V DC/750 V AC, IMPEDÂNCIA DE ENTRADA 10 MILIOHMS, RESOLUÇÃO: 100 MV, 1 V; CORRENTE AC: 20 A, 200 A, 1000 A, PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1200 A AC POR 1 MINUTO, RESOLUÇÃO 10 MA, 100 MA, 1 A; CORRENTE AC PEAK HOLD: 20 A, 200 A, 1000 A, RESISTÊNCIA: 200 OHMS, 2 QUILO-OHMS, 20 QUILO-OHMS, 200 QUILO-OHMS, 2 MILIOHMS, RESOLUÇÃO: 0.1 OHM, 1 OHM, 10 OHMS, 100 OHMS, 1 QUILO-OHMS, PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 250 V DC/AC RMS; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; 2 PONTAS DE PROVAS; ESTOJO PARA TRANSPORTE.	UNIDADE	2	R\$ 192,28	R\$ 384,56
2	615291	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PARA CORRENTE CONTÍNUA - ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL TRUE RMS QUE PODE SER USADO NA MEDIDA DE CORRENTES DC E AC ATÉ 100A.DISPLAYILUMINADO LCD 3 1/2 DÍGITOS, 2000 CONTAGENS.TAXA DE AMOSTRAGEM: APROX. 2 ~ 3 VEZES /SEGUNDO;INDICAÇÃO DE POLARIDADE AUTOMÁTICA; INDICAÇÃO DE BATERIA BAIXA E SOBRE FAIXA.MUDANÇA DE FAIXA AUTOMÁTICA;TRUE RMS AC;DETECÇÃO DE TENSÃO SEM CONTATO (NCV); FILTRO DE FREQUÊNCIA V.F. C. DATA HOLD; MODO ZERO;ABERTURA DA GARRA: 17MM; AUTO POWER OFF: APROX. 15 MINUTOS;TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 40°C, (32°F A 104°F); SEGURANÇA/CONFORMIDADE: IEC/EN 61010-1, DUPLA ISOLAÇÃO, CAT II 600V /CATIII300V; ALIMENTAÇÃO: 2X PILHAS 1,5V AAA; COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA DE 1V/M. MODELO REFERÊNCIA ET3320A.	UNIDADE	5	R\$ 705,81	R\$ 3.529,05

3	450909	BANCADA MULTIUSO, COM 7 GAVETAS. CONTA COM TAMPO EM AÇO, PINTURA ELETORSTÁTICA;- TAMPO EM AÇO; COM 7 GAVETAS, COMPRIMENTO 1900 MM, COMPARTIMENTO CHAVEDÃO, TRATAMENTO ANTI FERRUGEM.	UNIDADE	1	R\$ 3.354,59	R\$ 3.354,59
4	222513	BIGORNA 20 KG EM AÇO, TEMPERADA E REVENIDA. DUREZA APROXIMADA 50 HRC.	UNIDADE	3	R\$ 983,33	R\$ 2.949,99
5	453546	BOMBA PERIFERICA 1/2CV TRIFÁSICA 220/380V - BOMBA PERIFERICA PARA TRANSFERÊNCIA E BOMBEAMENTO DE ÁGUA, TRIFÁSICA 220/380V. POTÊNCIA 1/2CV (0,5 CV); TENSÃO TRIFÁSICA 220/380V; FREQUÊNCIA: 60 HZ. ROTAÇÃO 3500 RPM.	UNIDADE	1	R\$ 585,94	R\$ 585,94
6	603640	BOMBA SUBMERSÍVEL ELÉTRICA - INDICADA PARA DRENAGEM DE ÁGUA SUJA, ÁGUA CONTAMINADA PESADA (ESGOTO). IDEAL PRA USO EM ÁGUA CONTAMINADA EM BACIAS PLUVIAIS, GALERIAS DE ESGOTO E LAGOS CONTAMINADOS. POTÊNCIA: 1.100 W; VOLTAGEM: 220 V; SUCÇÃO E DESCARGA: 25 MM; CAPACIDADE DE BOMBEAMENTO: 240L/MIN; RECALQUE MÁXIMO: 10 M; PROFUNDIDADE DE SUBMERSÃO: 5 M; MIN. NÍVEL SUCÇÃO: 40 MM; ENTRADA DE TAMANHO DE GRÃO: 35 MM; DIMENSÕES (C X L X A): 160 X 168 X 380 MM.	UNIDADE	3	R\$ 835,61	R\$ 2.506,83
7	635099	COMPRESSOR DE AR 24 LITROS BIVOLT - POTÊNCIA 2HPS, CABEÇOTE DO COMPRESSOR EM FERRO FUNDIDO COM ACIONAMENTO DIRETO, COMPRIMENTO DO CABO ELÉTRICO 200 CM. 2 RELÓGIOS MEDIDORES, DESLOCAMENTO TEÓRICO 200 1/MIN. VOLUME DO CILINDRO 24 LITROS.	UNIDADE	2	R\$ 1.748,15	R\$ 3.496,30
8	604476	COMPRESSOR DE AR À BATERIA 20 V; TIPO PISTOLA (COMPACTO). COM LED E VISOR/INDICADOR DE PRESSÃO DIGITAL. ACOMPANHA O KIT: 1 COMPRESSOR TIPO APLICADOR; 1 MALETA; 1 BATERIA DE 20 V; 1 CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO; 1 BICO ADAPTADOR PARA BOLAS; 1 BICO ADAPTADOR PARA USO GERAL; 1 ADAPTADOR PARA VÁLVULAS; 1 MANGUEIRA FLEXÍVEL COM BICO. DETALHES TÉCNICOS: BATERIA: 20 V - 2,0 AH - ÍONS DE LÍTIO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AR DO COMPRESSOR DE AR (DESLOCAMENTO TEÓRICO): 2,8 PCM (PÉ3/MIN), PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DO COMPRESSOR DE AR (PSI): 150 LBF/POL2, TENSÃO DO CARREGADOR DE BATERIA: 100 V - 240 V - BIVOLT AUTOMÁTICO, FREQUÊNCIA: 50 HZ/60 HZ, MASSA APROXIMADA: 1,07 KG, NÍVEL DE RUÍDO (DB): 83, DIMENSÕES (TOLERÂNCIA DE 5% PARA CIMA OU PARA BAIXO) (C X L X A): 180 MM X 77 MM X 255 MM. GARANTIA: 12 MESES. ABNT NBR IEC 60745-1.	UNIDADE	1	R\$ 460,52	R\$ 460,52
9	604205	COMPRESSOR DE AR PROFISSIONAL PORTÁTIL - COMPRESSOR DE AR AUTOMOTIVO, TIPO PORTÁTIL, PRÓPRIO PARA ENCHER E CALIBRAR PEUS, BOLAS E BOIAS. BIVOLT AUTOMÁTICO. MATERIAL: METAL, PLÁSTICO ABS - TENSÃO: 12V - VAZÃO MÍNIMA: 22 L/MIN. POTÊNCIA MÍNIMA: 60W. TIPO DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO: CARREGADOR VEICULAR 12V E TOMADA 127V/220V (BIVOLT). VOLUME DE AR MÍNIMO: 30 (L/MIN). MANGUEIRA EMBORRACHADA DE 60CM. MOSTRADOR DE PRESSÃO / MANÔMETRO COM ESCALA EM PSI E BAR . VISOR LCD COM LUZ DE FUNDO, CONTROLES DIGITAIS E ILUMINAÇÃO AUXILIAR DE LED. TEMPO MÁXIMO DE UTILIZAÇÃO: 30 MINUTOS OU MAIS. COMPRIMENTO MÍNIMO DOS CABOS DE ALIMENTAÇÃO VEICULAR E TOMADA: 1 METRO. ITENS INCLUSOS PODEM VARIAR CONFORME O MODELO E O FABRICANTE.	UNIDADE	1	R\$ 263,41	R\$ 263,41
10	442410	CONJUNTO QUEDA LIVRE, MULTICRONÔMETRO DIGITAL COM ROLAGEM, 12 FUNÇÕES, TEMPO DE VOO, SENSOR EQ235B. DESTINADO AO ESTUDO EXPERIMENTAL, LABORATÓRIO DE FÍSICA E REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS DE FÍSICA SOBRE: MOVIMENTO EM UMA DIMENSÃO, CINEMÁTICA ESCALAR, TEMPO DE VOO, MOVIMENTO DE QUEDA LIVRE, MRUV, VELOCIDADE, ACELERAÇÃO DA GRAVIDADE, ENERGIA POTENCIAL GRAVITACIONAL, ENERGIA CINÉTICA, PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DA ENERGIA MECÂNICA, DENTRE OUTROS. ACOMPANHA MANUAL DE EXPERIMENTOS E AUXÍLIO DIGITAL AO PROFESSOR.	KIT	1	R\$ 4.098,40	R\$ 4.098,40
11	366025	CONTROLADOR DE CARGA SOLAR: IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE SISTEMAS DE TENSÃO 12/24V; CORRENTE NOMINAL: NO MÍNIMO 20A; TENSÃO DA BATERIA: NO MÍNIMO 12/24V; MÁXIMA POTÊNCIA DE ENTRADA: NO MÍNIMO, 260W(12V) / 520W(24V); EFICIÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA: NO MÍNIMO > 97%; EFICIÊNCIA DE RASTREAMENTO: NO MÍNIMO > 98%; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -20°C A 55°C; VISOR LED DIGITAL COM UM SISTEMA DE INTERAÇÃO SIMPLIFICADO; PROTEÇÃO DE DADOS DOS PARÂMETROS EM CASO DE FALHA DO SISTEMA; PROTEÇÃO DO LIMITE DE POTÊNCIA DE	UNIDADE	2	R\$ 1.085,75	R\$ 2.171,50

		ENTRADA; PROTEÇÃO DE CONEXÃO INVERSA DA BATERIA; PROTEÇÃO CONTRA ALTAS TEMPERATURA; PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO DO TERMINAL DE ENTRADA DO SISTEMA FOTOVOLTAICO; PROTEÇÃO DE CARGA REVERSA À NOITE; PROTEÇÃO DE SOBRECARGA (EXCESSO 1,5 VEZES CORRENTE NOMINAL); PROTEÇÃO CONTRA CONEXÃO INVERSA DO PAINEL SOLAR.				
12	485368	CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL. CLP COM 14 ENTRADAS DISCRETAS E 10 SAÍDAS DIGITAIS A RELE, 2 ENTRADAS ANALÓGICAS DE 0-10V, COMUNICAÇÃO ETHERNET COMPATÍVEL COM PROFINET, ALIMENTAÇÃO 24V, PELO MENOS 100KB DE MEMÓRIA DE DADOS/PROGRAMAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA: 6ES72141HG400XB0.	UNIDADE	2	R\$ 5.551,25	R\$ 11.102,50
13	629614	CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL. CLP DE PEQUENO PORTE COM ENTRADAS E SAÍDAS ANALÓGICAS DE SÉRIE E COM SOFTWARE GRATUITO. SAÍDAS DIGITAIS A RELÉ. DEVE TER: 08 ENTRADAS DIGITAIS NPN E PNP, 06 SAÍDAS DIGITAIS, 04 ENTRADAS ANALÓGICAS (0-10V , -10/-10V E 4-20MA) 12 BITS, 02 SAÍDAS ANALÓGICAS (0-10V , -10/-10V E 4-20MA) 12 BITS E SAÍDA DE PULSO DE ALTA VELOCIDADE: SUPORTA 2 PONTOS Y0 E Y2 (100KHZ) E SAÍDAS Y1 E Y3 (10KHZ). CONTADORES DE ALTA VELOCIDADE: 2 ENTRADAS DE 100KHZ E 02 DE 10KHZ. MÁXIMA EXPANSÃO: 512 I/Os. PERMITE CARTÃO DE EXPANSÃO: 06 A DIREITA E 06 A ESQUERDA. CAPACIDADE DE PROGRAMAÇÃO: 16K STEPS. PORTAS COMUNICAÇÃO: USB, RS-485 E RS232. VELOCIDADE DE EXECUÇÃO: LD: 0,64µS, MOV: 2µS. COM CABO DE PROGRAMAÇÃO INCLUSO. MODELO DE REFERÊNCIA DVP20SX211R.	UNIDADE	24	R\$ 3.735,99	R\$ 89.663,76
14	624410	CORTADORA A LASER, PESO 10,35000 KG, DIMENSÕES 62,5 × 72,5 × 15,0 CM, 22W, 4 DIODOS LASER DE 6 W, GROSSURA DE PONTO FOCAL DE LASER COMPACTADO DE 0,1 MM E PODE APARAR MADEIRA DE ATÉ 15 MM DE GROSSURA, ACRÍLICO PRETO DE 10 MM E CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL DE 0,05 MM EM UMA ÚNICA PASSAGEM, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO É DE ATÉ 25.000 MM / MIN COM ALTA EFICIÊNCIA.	UNIDADE	2	R\$ 2.202,25	R\$ 4.404,50
15	629833	DURÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL SHORE "A", COM ESCALA DE MEDIÇÃO ENTRE 0 A 100 SHORE "D", E USO EM BORRACHAS E PLÁSTICOS FLEXÍVEIS.	UNIDADE	2	R\$ 1.233,03	R\$ 2.466,06
16	338135	ESMERILHADEIRA ANGULAR PEQUENA - DIÂMETRO DO DISCO: 115MM; ROSCA DO EIXO: M14; ROTAÇÕES POR MINUTO: 11.000; EMISSÃO DE VIBRAÇÕES: 7.5 M/S²; INCERTEZA K: 1.5M/S²; DIMENSÕES: 271 X 129 X 106 MM; PESO APROXIMADO 2 KG. EQUIPADA COM: GATILHO DESLIZANTE; PROTETOR PARA O DISCO; CHAVE DE PINO; FLANGES; PUNHO LATERAL; TENSÃO 127 OU 220 V; POTÊNCIA: 840W; 11000 RPM.	UNIDADE	8	R\$ 467,66	R\$ 3.741,28
17	219478	ESTAÇÃO DE SOLDA, PICO DE POTÊNCIA: 60W, FREQUÊNCIA: 60HZ, TENSÃO DE SAÍDA: 24V, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220V (60HZ), RESISTÊNCIA: CERÂMICA, CONTROLE DE TEMPERATURA: ANALÓGICA, TEMPERATURA AJUSTÁVEL: 200°C (392°F) A 480°C (896°F), DIMENSÕES: 90 X 120 X 170 MM, PESO: APROX. 1,7 KG.	UNIDADE	22	R\$ 314,88	R\$ 6.927,36
18	629113	ESTAÇÃO DE SOLDA SMD COM FERRO DE SOLDA E AR QUENTE PARA SOLDAGEM SMD. AR QUENTE: TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: AC 110V - 127V. POTÊNCIA DE SAÍDA: 750W. FAIXA DE TEMPERATURA: 100 A 480 GRAUS. FLUXO DE AR: 150 LITROS POR MINUTO.FERRO DE SOLDA: TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: AC 110V - 127V. POTÊNCIA DE SAÍDA: 80W. FREQUÊNCIA: 60 HZ. FAIXA DE TEMPERATURA: 180 A 500 GRAUS. FERRO DE SOLDA: ESD DESIGN. AQUECEDOR MATERIAL: CERÂMICA. ITENS INCLUSOS: 1X ESTAÇÃO DE RETRABALHO, 1X FERRO DE SOLDA PARA ESTAÇÃO DE RETRABALHO, 1X SOPRADOR PARA ESTAÇÃO DE RETRABALHO.	UNIDADE	6	R\$ 1.274,49	R\$ 7.646,94
		FONTE DE ALIMENTAÇÃO CC SIMÉTRICA. ALIMENTAÇÃO: 127/220 V (50/60 HZ). TEMPERATURA E UMIDADE: OPERAÇÃO: DE 0° A 40° C, MENOS QUE 90% RH. ARMAZENAMENTO: DE -10° A 70° C, MENOS QUE 70% RH. COEFICIENTE DE TEMPERATURA: MENOR QUE 300 PPM/°C. MODOS DE OPERAÇÃO: NO MÁXIMO ATÉ 8 HORAS DE USO CONTÍNUO. INDEPENDENTE: DUAS SAÍDAS DE 0 A 32 V ATÉ 3 A E UMA FIXA DE 5 V ATÉ 3 A. PARALELO: UMA SAÍDA DE 0 A 32 V ATÉ 6 A E UMA FIXA DE 5 V ATÉ 3 A. PROTEÇÃO TOTAL CONTRA CURTO-CIRCUITO DAS SAÍDAS E INVERSÃO DE POLARIDADE. ACOMPANHA UM MANUAL DE INSTRUÇÕES, UM CABO DE FORÇA E UMA CAIXA DE EMBALAGEM. ESPECIFICAÇÕES DAS FONTES VARIÁVEIS: TENSÃO DE SAÍDA: DE 0 A 32 V CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL. CORRENTE DE SAÍDA: 2X (0 A 3 A) OU 1X (0 A 6 A) EM MODO PARALELO. REGULAÇÃO DA FONTE: CV: MENOR OU IGUAL A				

19	445006	0,01% + 3 MV / CC: MENOR OU IGUAL A 0,01% + 6 MV. REGULAÇÃO DE CARGA: CV: MENOR OU IGUAL A 0,01% + 2 MV (CORRENTE MENOR OU IGUAL A 3 A). CV: MENOR OU IGUAL A 0,01% + 5 MV (CORRENTE >3 A). CC: MENOR OU IGUAL A 0,01% + 6 MV. RIPPLE E RUÍDO: CV: MENOR OU IGUAL A 1 MV (RMS). CV: MENOR OU IGUAL A 20 MVP-P. CC: MENOR OU IGUAL A 3 MA (RMS). CC: MENOR OU IGUAL A 50 MAP-P. PROTEÇÃO: LIMITE DE CORRENTE, CURTO CIRCUITO E INVERSÃO DE POLARIDADE. ESPECIFICAÇÕES DA FONTE FIXA: TENSÃO DE SAÍDA DE 5 V ±3%. CORRENTE DE SAÍDA 3 A. REGULAÇÃO DA FONTE: MENOR OU IGUAL A 1X10-4 + 1 MV. REGULAÇÃO DE CARGA: MENOR OU IGUAL A 1X10-3. RIPPLE E RUÍDO: MENOR OU IGUAL A 0,5 MV (RMS) / MENOR OU IGUAL A 10 MVP-P. PROTEÇÃO: CURTO-CIRCUITO E INVERSÃO DE POLARIDADE. ESPECIFICAÇÕES DOS MEDIDORES DIGITAIS: TIPO DIGITAL SIMPLES. VISOR LED 3 DÍGITOS. EXATIDÃO: ±(1% DA LEITURA + 2 DÍGITOS) PARA TENSÃO. ±(2% DA LEITURA + 2 DÍGITOS) PARA CORRENTE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.	UNIDADE	2	R\$ 2.844,80	R\$ 5.689,60
20	294870	FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE BANCADA DIGITAL REGULÁVEL - FONTE DE ALIMENTAÇÃO DIGITAL, DUPLO DISPLAY LCD PARA APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DA TENSÃO E CORRENTE DE SAÍDA, SAÍDAS VARIÁVEIS: 0~30V DC / 0 ~ 3A DC (2 FONTES INDEPENDENTES), SAÍDA FIXA: 5V / 3A, AJUSTE DA TENSÃO E CORRENTE ATRAVÉS DE UM POTENCIÔMETRO DE PRECISÃO, CONFIGURAÇÃO DOS MODOS SÉRIE, PARALELO E SIMÉTRICA ATRAVÉS DO PAINEL FRONTAL, POSSIBILIDADE DE OPERAÇÃO CONTÍNUA MESMO NAS CONDIÇÕES DE MÁXIMA CARGA, RESFRIAMENTO COM VENTILAÇÃO FORÇADA, CIRCUITO DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA, PROTEÇÃO DE INVERSÃO DE POLARIDADE, ALIMENTAÇÃO: 110 / 220V AC ± 10%, 50 / 60HZ SELECIONÁVEL, CONSUMO: 450W MÁXIMO, DIMENSÕES: 160(A) X 270(L) X 320 (P)MM, PESO: APROX. 8KG - OPERAÇÃO TENSÃO CONSTANTE: TENSÃO DE SAÍDA: 0~30V(CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL), REGULAÇÃO DE LINHA: <= ± (0,05%+5MV), REGULAÇÃO DE CARGA: <= ±(0,05%+5MV), RIPPLE & RUÍDO: <= 1MV RMS (5HZ-1MHZ), OPERAÇÃO CORRENTE CONSTANTE: CORRENTE DE SAÍDA: 0~3ª (CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL), REGULAÇÃO DE LINHA: <= ±(0,1% +5MA), REGULAÇÃO DE CARGA: ±20MA, RIPPLE E RUÍDO: <= 1MA RMS, MOSTRADOR: DIGITAL: LCD 3 DÍGITOS, PRECISÃO: <= (1,0% LEIT. + 2 DÍG.), RESOLUÇÃO DE TENSÃO: 20MV, RESOLUÇÃO DE CORRENTE: 30MA SAÍDA FIXA DE 5V: REGULAÇÃO DE CARGA: <= ±(3,0%+5MV), CORRENTE DE SAÍDA: 3A, RIPPLE E RUÍDO: <= 1.5MV RMS (VARIAÇÃO DE LINHA ±5%), PRECISÃO TENSÃO DE SAÍDA: 5 ± 3,0%, ACESSÓRIOS: CABO DE CONEXÃO: 1 PAR, CABO DE ALIMENTAÇÃO: 1 PEÇA, MANUAL DE INSTRUÇÕES: 1 CÓPIA.	UNIDADE	24	R\$ 951,00	R\$ 22.824,00
21	449175	FONTE DE BANCADA COM TENSÃO CONTÍNUA AJUSTÁVEL DE PELO MENOS 0 A 30V, ALIMENTAÇÃO: 127V/220V AC (SELETOR) 50/60HZ, CORRENTE DE SAÍDA DE 0 A 5 A OU SUPERIOR, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, PROTEÇÃO CONTRA INVERSÃO DE POLARIDADE, SELETOR A/MA, REFRIGERADO POR DISSIPADOR ATIVO, PRECISÃO DO DISPLAY TENSÃO E CORRENTE DE ±1% ±1 DÍGITO, FAIXA MÍNIMA DE TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO DE -10 A +40°C, ESTABILIDADE DA TENSÃO ≤0,01% + 2MV, ESTABILIDADE DA CORRENTE CONSTANTE ≤0,1% +3MA, EFEITO DA CARGA ≤0,01% +2MV / ≤0,2% +3MA, ONDULAÇÃO E RUÍDO: ≤ 1MV RMS, TEMPO DE RECUPERAÇÃO: ≤100US, FONTE TIPO ASSIMÉTRICA.	UNIDADE	10	R\$ 1.119,11	R\$ 11.191,10
22	435018	FORNO PARA CERÂMICA PARA SER UTILIZADO EM LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA QUEIMA DE PORCELANAS. DEVE INCLUIR NO MÍNIMO: FORNO, CARRETEL REFRATÁRIO E KIT SUPORTE CERÂMICA PARA QUEIMA. TEMPERATURA DE 100° A 1200°. VELOCIDADE DE AQUECIMENTO LINEAR DE 1° A 120°C POR MINUTO. COM NO MÍNIMO 80 PROGRAMAS PARA CERÂMICA. IDIOMA EM PORTUGUÊS E TEMPERATURA EM CELSIUS. MUFLA DE QUEIMA EM QUARTZO CLEAR. SENSOR DE TEMPERATURA (PLATINA/RÓDIO). POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.300W. ALIMENTAÇÃO 110V OU 220V. NO MÍNIMO 12 MESES DE GARANTIA.	UNIDADE	2	R\$ 13.838,43	R\$ 27.676,86
23	481448	GERADOR DE ENERGIA À GASOLINA. COM NO MÍNIMO 6,5 CV DE POTÊNCIA. TENSÃO: 127V/220V. ALIMENTAÇÃO: GASOLINA. MOTOR DE 4 TEMPOS. SISTEMA DE PARTIDA: MANUAL. AUTONOMIA MÍNIMA: 12 HORAS. CAPACIDADE DO TANQUE: 15 LITROS. NÍVEL DE RUÍDO DE NO MÁXIMO 67 DB.	UNIDADE	1	R\$ 2.433,03	R\$ 2.433,03
		GERADOR DE FUNÇÕES COM FREQUENCÍMETRO E FUNÇÃO SWEEP (VARREDURA) 2MHZ , POSSUI DISPLAY DE 6 DÍGITOS; SAÍDA; ONDA SENOIDAL, TRIANGULAR E QUADRADA , TAMBÉM ONDA QUADRADA TTL, CMOS, PULSO,				

24	300212	RAMPA E VARREDURA. ENTRADA; FREQUÊNCIA CONTROLADA POR TENSÃO (VCF), CONTADOR DE FREQUÊNCIA EXT; ESCALAS DE FREQUÊNCIAS; 0.2 HZ A 2MHZ EM 7 ESCALAS; FAIXAS DE FREQUÊNCIAS COM AJUSTE DE ESCALAS AT; 1 - 0.2 A 2.0HZ, 10 – 2HZ A 20HZ, 100 – 20HZ A 200HZ, 1K – 0.2 KHZ A 2KHZ, 10K – 2KHZ A 20KHZ, 100K - 20KHZ A 200KHZ, 1M – 0.2MHZ A 20MHZ. MULTIPLICADOR DE FREQUÊNCIA 0.2 A 2.0 VEZES A ESCALA DE FREQUÊNCIA SELECIONADA; FAIXA DE VARREDURA INTERNO; LINEAR OU LOG. ; FAIXA DE VARREDURA 0.2 A 100HZ (5SEG. A 10MSEG.) VARIÁVEL CONTINUAMENTE; LARGURA DE VARREDURA VARIÁVEL DE 1:1 A 1000:1; VARREDURA EXTERNA; PROVIDO ATRAVÉS DO PAINEL FRONTAL VCF; IMPEDÂNCIA DE ENTRADA 13KΩ +OU- 20%; DISTORÇÃO DA ONDA SENOIDAL 1HZ A 100KHZ<1%; LINEARIDADE DA ONDA TRIANGULAR <1% EM 100HZ ONDA QUADRADA: TEMPO SUBIDA/DESCIDA < 25NSEG PARA 10 CARGAS TTL; TTL AMPLITUDE FIXA> +3V COM CIRCUITO ABERTO. CMOS; TEMPO DE SUBIDA/DESCIDA < 60 NSEG. AMPLITUDE 5V A 15V AJUSTÁVEIS; IMPEDÂNCIA DE SAÍDA; 50Ω +OU-10%.	UNIDADE	2	R\$ 2.275,35	R\$ 4.550,70
25	300212	GERADOR DE FUNÇÕES ARBITRÁRIAS DE BANCADA, DIGITAL, PARA USO EM LABORATÓRIOS, ONDA SENOIDAL, ONDA QUADRADA, ONDA TRIANGULAR, ONDA DE PULSO, RUÍDO, DC, ONDA ARBITRÁRIA, VARREDURA. TAXA DE AMOSTRAGEM MÍNIMA 125 MSA/S, FREQUÊNCIA DE SAÍDA MÍNIMA 10 MHZ, RESOLUÇÃO VERTICAL MÍNIMA 14 BITS, CONTROLE DE OFFSET DC MÍNIMO ± 5 V (50Ω), AMPLITUDE DE SAÍDA 1 MVPP ~ 10 VPP (50Ω, ≤10 MHZ). PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO NA SAÍDA, ALIMENTAÇÃO 100~240 VAC, 45~80 HZ. GARANTIA MÍNIMA 36 MESES.	UNIDADE	6	R\$ 6.515,37	R\$ 39.092,22
26	434370	GERADOR DE FUNÇÕES DE DOIS CANAIS, COM TÉCNICA DDS (SÍNTESE DIRETA DIGITAL, NA SIGLA EM INGLÊS), UTILIZÁVEL COMO GERADOR NORMAL DE SINAIS, GERADOR DE IMPULSO E GERADOR DE VARREDURA. ACOMPANHA AMPLIADOR DE POTÊNCIA INTEGRADO DE 10 W. FAIXA DE FREQUÊNCIA: 10 MHZ ... 3 MHZ; SINAL DE SAÍDA: 16 SINAIS COMO SENO, RETÂNGULO, TRIÂNGULO, ETC.; RESOLUÇÃO DE FREQUÊNCIA: 10 MHZ; DISTORÇÃO HARMÔNICA: - 40 DBC; DISTORÇÃO TOTAL: < 1%; SINAL RETANGULAR: < 50 NS TEMPO DE ASCENSÃO / QUEDA; FATOR DE UTILIZAÇÃO: 1 - 99 %; FAIXA DE AMPLITUDE: 0 - 20 VPP; OFFSET DA AMPLITUDE: ± 10 V; RESOLUÇÃO DE AMPLITUDE: 5 MVPP; MODULAÇÃO: FM, AM, PM, PWM, FSK; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 100 – 240 V, 50/60 HZ.	UNIDADE	1	R\$ 4.303,48	R\$ 4.303,48
27	603775	IHM COM SEGUINTE CARACTERÍSTICAS : DISPLAY: LCD TFT COM DIMENSÕES ENTRE 9 E 10 POLEGADAS; CORES: 65,536; RESOLUÇÃO: 1024 X 600; LUZ DE FUNDO: LUZ DE FUNDO DE LED; BRILHO DA LUZ DE FUNDO (CD/M2): 300; VIDA ÚTIL DA LUZ DE FUNDO (HORAS): 20000; ÁREA DO DISPLAY: 226 X 128.7 MM; MCU: ARM CORTEX-A8 (800MHZ); MEMÓRIA FLASH: 256 MB RAM: 256 MB; PAINEL DE TOQUE: RESISTOR DE QUATRO FIOS, MAIS DE 10.000.000 DE PRESSIONAMENTOS; ALARME SONORO: FREQUÊNCIA DE TONS MÚLTIPLOS (2K ~ 4K HZ) / 80 DB; USB: 1 VERSÃO 2.0 E 1 HOSPEDEIRO USB VERSÃO 2.0; COM 1: RS-232 (COM SUPORTE A CONTROLE DE FLUXO DE HARDWARE) COM 2: RS-232 (COM SUPORTE A CONTROLE DE FLUXO DE HARDWARE) / RS-485; COM 3: RS-422 / RS-485; RTC: INTEGRADO; RESFRIAMENTO: CIRCULAÇÃO NATURAL DE AR; CERTIFICAÇÕES: CE / UL; PROTEÇÃO CONTRA ÁGUA: IP65 / NEMA4 / UL TIPO 4X (SOMENTE PARA USO INTERNO); VOLTAGEM DE OPERAÇÃO: DC +24V (+15% ~ +15%) (FAVOR EQUIPAR FONTES DE ALIMENTAÇÃO ISOLADAS); SUPRIDO POR CIRCUITOS CLASSE 2 OU SELV (ISOLADO DO MAINS POR ISOLAMENTO DUPLO); RESISTÊNCIA DA VOLTAGEM: A500V POR 1 MINUTO (ENTRE CARREGAMENTO DE TERMINAIS DC 24 E FG); CONSUMO DE ENERGIA: MÁXIMO 10.4 W BATERIA DE BACKUP: BATERIA DE LÍTIU DE 3 V CR2032; VIDA ÚTIL DA BATERIA DE BACKUP: DEPENDE DA TEMPERATURA E CONDIÇÕES DE USO, NORMALMENTE 3 ANOS OU MAIS A 25° C; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C ~ 50°C; TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20°C ~ 60 °C; HUMIDADE DO AMBIENTE: 10% ~ 90% RH (0 ~ 40°C), 10% ~ 55% RH (41 ~ 50°C), GRAU DE POLUIÇÃO 2; VIBRAÇÃO: IEC 61131-2; IMPACTO: IEC 60068-2-27; DIMENSÕES: 272 X 200 X 61; DIMENSÕES DE MONTAGEM: 261.3 X 189.3; PESO: 1330 G. MODELO REFERÊNCIA: DELTA DOP -110CS.	UNIDADE	7	R\$ 8.977,50	R\$ 62.842,50
		IMPRESSORA 3D - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: FDM (MODELAGEM POR DEPOSIÇÃO FUNDIDA); SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO: CARTESIANO; VOLUME DE IMPRESSÃO: 220 X 220 X 250 MM; VELOCIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO:				

28	605322	100 MM/S; TEMPERATURA MÁXIMA DE EXTRUSÃO: 250°C; TEMPERATURA MÁXIMA DA MESA: 110°C; PRECISÃO DE IMPRESSÃO: ± 0.1 MM; DIÂMETRO DO FILAMENTO: 1.75 MM; DIÂMETRO DO BICO: 0.4 MM; TENSÃO: AC 110/220 V; CONEXÃO: MICRO CARTÃO SD OU CABO USB; FORMATO DOS ARQUIVOS: STL, AMF, OBJ, G-CODE; NIVELAMENTO AUTOMÁTICO: SENSOR CR-TOUCH COM MALHA DE 16 PONTOS; TELA COLORIDA DE 4,3 POLEGADAS. MODELO DE REFERÊNCIA: CREALITY ENDER 3 V2.	UNIDADE	1	R\$ 2.498,45	R\$ 2.498,45
29	605323	IMPRESSORA 3D COM IMPRESSÃO POR RESINA LÍQUIDA (TECNOLOGIA MSLA), DISPLAY DE IMPRESSÃO 8K MONOCROMÁTICO DE 10,3 POLEGADAS, CONEXÃO WIFI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ATÉ 170 MM/H, TRILHOS LINEARES DUPLOS NO EIXO Z COM MOTOR DE PASSO EM MALHA FECHADA, FILTRO DE AR À CARVÃO, SISTEMA ABARTECIMENTO E RETIRADA DE RESINA AUTOMÁTICO, VOLUME DE IMPRESSÃO 228 X 128 X 230 MM, PERMITE CAMADAS COM ESPESSURA DE 0,05-0,15 MM, TAMPA DE ACRÍLICO, TELA DE LCD TOUCH DE ALTA RESOLUÇÃO COLORIDA, SISTEMA OPERACIONAL PRÓPRIO, COMPATÍVEL COM SOFTWARES DE FATIAMENTO ABERTOS, POSSIBILIDADE DE MONITORAMENTO NA NUVEM, MODELO DE REFERÊNCIA: CREALITY HALOT-MAGE PRO.	UNIDADE	4	R\$ 3.966,38	R\$ 15.865,52
30	625259	IMPRESSORA 3D FDM DE ALTO DESEMPENHO COM SISTEMA DE MÚLTIPLAS CORES FECHADA, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO DO TIPO FDM (FUSED DEPOSITION MODELING). VOLUME DE IMPRESSÃO DE 256 × 256 × 256 MM. EXTRUSORA ÚNICA (COM SISTEMA DE MÚLTIPLAS CORES E MATERIAIS). SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO COM TROCA AUTOMÁTICA DE FILAMENTOS (MÍNIMO 4 CORES). MATERIAIS SUPORTADOS: PLA, ABS, ASA, PETG, PC, TPU, PA, CF E OUTROS. DIÂMETRO DO FILAMENTO SUPORTADO DE 1,75 MM, COM VELOCIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO DE ATÉ 500 MM/S. PRECISÃO DE CAMADAS DE ATÉ 50 MÍCRONS. NIVELAMENTO DA MESA AUTOMÁTICO, COM SENSORES DE CALIBRAÇÃO. ESTRUTURA FECHADA, COM CÂMARA TÉRMICA PASSIVA. SUPERFÍCIE DA MESA COM BASE FLEXÍVEL REMOVÍVEL COM ADERÊNCIA OTIMIZADA. INTERFACE DE USUÁRIO COM TELA TOUCHSCREEN INTUITIVA. CONECTIVIDADE WI-FI, LAN E USB. SENSORES INTELIGENTES DE DETECÇÃO DE FALHAS DE FILAMENTO, NIVELAMENTO AUTOMÁTICO E RECUPERAÇÃO DE IMPRESSÃO. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (100-240V, 50/60HZ).	UNIDADE	2	R\$ 22.076,11	R\$ 44.152,22
31	478599	IMPRESSORA 3D FECHADA CORE XY - IMPRESSORA 3D COM MESA DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 250 X 250 X 250 MM (BXLXA) COM SUPERFÍCIE MAGNÉTICA PARA FACILITAR A RETIRADA DE PEÇAS, ESTRUTURA FECHADA, ARQUITETURA CORE XY, COM DISPLAY DE LCD DE ALTA RESOLUÇÃO, TOUCHSCREEN, COLORIDO, CONECÇÃO WIFI, SISTEMA DE ACOMODAÇÃO SIMULTÂNEA DE PELO MENOS 4 ROLOS DE FILAMENTO (INTEGRADO OU ACESSÓRIO) COM SENSOR DE UMIDADE, REALIZE TROCA AUTOMÁTICA DE FILAMENTO PARA IMPRESSÃO COLORIDA COM LOCAL DE DESPEJO DE FILAMENTO. PERMITA A IMPRESSÃO DE MATERIAIS COMO: PLA, PETG, TPU, PVA, PET E ABS. SENSOR DE DETECÇÃO DE SAÍDA DE FILAMENTO E ENROLAMENTO, CHASSI DE AÇO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 450 MM/S E ACELERAÇÃO DE 20000 MM/S². SISTEMA DE NIVELAMENTO AUTOMÁTICO COM REDUNDÂNCIA E SENSOR LIDAR, TRILHO LEVE COM PEÇAS EM CARBONO, CÂMERA DE MONITORAMENTO DA MESA DE IMPRESSÃO, BOCAL EM AÇO INOXIDÁVEL E BICO COM AQUECIMENTO ATÉ 300 OC. BIVOLT, MANUAL, SOFTWARE DE FATIAMENTO PROPRIETÁRIO COM LICENSA, POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA IMPRESSORA VIA APLICATIVO NO CELULAR E GARANTIA DE PELO MENOS 1 ANO.	UNIDADE	1	R\$ 17.749,56	R\$ 17.749,56
32	627359	IMPRESSORA 3D MULTI FILAMENTO. CALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA DAS BASE E DAS CORREIAS. AJUSTE AUTOMÁTICO DURANTE A IMPRESSÃO. VOLUME DE CONSTRUÇÃO (LX PXA): 256 X 256 X 256MM³, BOCAL: AÇO INOXIDÁVEL, HOT END: TODO METAL, TEMPERATURA MÁXIMA DA EXTREMIDADE QUENTE: 300° C, DIÂMETRO DO BICO: 0,4 MM (INCLUÍDO), 0,2 MM, 0,6 MM, 0,8 MM, PLACA DE CONSTRUÇÃO: PLACA PEI BAMBU TEXTURIZADA (INCLUÍDA), PLACA PEI BAMBU SUAVE, TEMPERATURA MÁXIMA DA PLACA DE CONSTRUÇÃO: 80°C, VELOCIDADE MÁXIMA DA CABEÇA DA FERRAMENTA: 500MM/S, ACELERAÇÃO MÁXIMA DA CABEÇA DA FERRAMENTA: 10 M/S², FILAMENTO SUPORTADO: IDEAL: PLA, PETG, TPU, PVA; NÃO RECOMENDADO: ABS, ASA, PC, PA, PET, POLÍMERO REFORÇADO COM FIBRA DE CARBONO/VIDRO, CÂMERA DE MONITORAMENTO: CÂMERA COM BAIXA TAXA DE QUADROS (ATÉ 1080P)	UNIDADE	1	R\$ 4.832,38	R\$ 4.832,38

		TIMELAPSE COMPATÍVEL, SENSOR DE ESGOTAMENTO DE FILAMENTO: SIM, ODÔMETRIA DE FILAMENTO: SIM, RECUPERAÇÃO DE PERDA DE ENERGIA: SIM, SENSOR DE EMARANHADO DE, FILAMENTO: SIM, DIMENSÕES FÍSICAS A1: 385 X 410 X 430 MM³. TAMANHO DO PACOTE: 552 X 532 X 320 MM³, PESO LÍQUIDO: 8,3 KG, PESO BRUTO: 11,7 KG. A1 COMBO: TAMANHO DO PACOTE: 546 X 536 X 420 MM³, PESO BRUTO (AMS LITE INCLUÍDO): 14,3 KG. MODELO DE REFERÊNCIA: BAMBULAB A1 COMBO AMS.				
33	623264	INVERSOR FREQUÊNCIA, TRIFÁSICO, TAMANHO: B TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, FREQUÊNCIA: 50/60HZ, CORRENTE NOMINAL SAÍDA LOW OVERLOAD / NORMAL DUTY (LO): 16A, POTÊNCIA LOW OVERLOAD / NORMAL DUTY (LO): 3,7 KW (5CV), CLASSE PROTEÇÃO : IP20, PROTOCOLO: MODBUS/ PROFIBUS/ PROFINET/ CANOPEN/ DEVICENET/ ETHERNET/IP/ ETHERCAT/ BACNET FILTRO ELETROMAGNÉTICO: SEM FILTRO RFI. MODELO DE REFERÊNCIA: CFW500. MARCA DE REFERÊNCIA: WEG - CFW500B16P0T2DB20.	UNIDADE	13	R\$ 2.954,69	R\$ 38.410,97
34	286755	CONJUNTO DE CHAVES COMBINADA. MATERIAL AÇO. ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO. MÍNIMO DE 17 PEÇAS. O KIT DEVE CONTER AO MENOS AS SEGUINTE MEDIDAS EM MILÍMETROS: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22. MEDIDAS IGUAIS PARA AMBOS OS LADOS. DEVE CONTER ESTOJO OU BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO DAS CHAVES. APLICAÇÃO EM PARAFUSOS E PORCAS SEXTAVADAS E QUADRADAS.	KIT	3	R\$ 237,00	R\$ 711,00
35	452162	JOGO DE MACHOS E COSSINETES, CONTENDO NO MÍNIMO 32 PEÇAS. CARACTERÍSTICAS: MACHOS E COSSINETES EM AÇO RÁPIDO HSS USINADOS E TEMPERADOS OU SUPERIOR; DIN 352 E DIN 223; ACOMPANHANDO COM UMA MALETA DE FERRO. CONTEÚDO: 1 VIRA MACHO AJUSTÁVEL; 1 VIRA COSSINETE AJUSTÁVEL; 1 MINI CHAVE DE FENDA. 1 CALIBRADOR DE ROSCA COM 11 LÂMINAS:0,5, 0,6, 0,7, 0,75, 0,8, 0,9, 1,0, 1,25, 1,5, 1,75 E 27.;21 MACHOS: M3X0,5. M4X0,7, M5X0,8, M6X1,0, M8X1,25, M10X1,5, M12X1,75 (3 PEÇAS DE CADA).; 7 TARRACHAS: M3X0,5, M4X0,7, M5X0,8, M6X1,0, M8X1,25, M10X1,5 E M12X1,75; 1 MALETA DE FERRO.	KIT	4	R\$ 1.359,86	R\$ 5.439,44
36	448215	KIT PARA ENSAIO LIMITE DE PLASTICIDADE DO SOLO COMPOSTO DE PLACA DE VIDRO ESMERILHADA QUADRADA COM 30 CM DE LADO, CILINDRO COMPARADOR GABARITO (COM 3 MM DE DIÂMETRO E 100 MM DE COMPRIMENTO), CÁPSULA DE PORCELANA A 16ML, CÁPSULA DE ALUMÍNIO Ø 40 X 20 MM, ESPÁTULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, AMALGADOR, CONFORME NBR 7180.	UNIDADE	10	R\$ 411,04	R\$ 4.110,40
37	269352	MAQUINA DE LAVAGEM E CURA DE IMPRESSÃO 3D (2 EM 1), TAMANHO DE 10,1 POLEGADAS, PERMITA CONTROLE DE TEMPO E VELOCIDADE. MODELO DE REFERÊNCIA: CREALITY UW-02.	UNIDADE	3	R\$ 1.733,49	R\$ 5.200,47
38	470409	MÁQUINA DE SOLDA INVERSORA PORTÁTIL, COM APROXIMADAMENTE 160A, ACESSÓRIOS INCLUSOS: 2 CABOS DE SOLDA, PORTA ELETRODO, GARRA NEGATIVA, MODOS DE SOLGAGEM: ELETRODO/TIG, PARA ELETRODOS ER6013, ER7018/8018, FERRO FUNDIDO, E308/310 INÓX E ALUMÍMNIO. TODOS ATÉ 3,25MM. BIVOLT. GARANTIA DE 1 ANO.	UNIDADE	2	R\$ 742,72	R\$ 1.485,44
39	269175	MÁSCARA DE SOLDA, ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO, AJUSTE DE NÍVEL DE ESCURECIMENTO. POTENCIÔMETRO EXTERNO, AJUSTE DE SENSIBILIDADE, POTENCIÔMETRO INTERNO, AJUSTE RETARDADO. PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA /INFRAVERMELHO UV 15/IV 14. FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C /+55°C.	UNIDADE	17	R\$ 174,06	R\$ 2.959,02
40	485900	MEDIDOR DE DISTÂNCIA A LASER, CAPACIDADE MÍNIMA 50 M, ERRO +- 1,5 MM (+-2 MM), INDICAÇÃO DE 1 MM, COM FUNÇÃO DE CALCULO DE ÁREA E VOLUME, MÍNIMO DE (3000) MEDIÇÕES ANTES DA RECARGA DA BATERIA OU PILHA.	UNIDADE	3	R\$ 624,83	R\$ 1.874,49
41	300639	MEGÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL COM APLICAÇÃO DE ATÉ 1000V PARA TESTES DE RESISTÊNCIA DE ISOLAÇÃO E TESTE DE TENSÃO AC DE ATÉ 750V, PARA TESTES EM MOTORES ELÉTRICOS, TRANSFORMADORES, CABOS, INTERRUPTORES.DISPLAY LCD COM ILUMINAÇÃO 3-1/2 DÍGITOS, CONTAGEM: 1999 CONTAGENS, FAIXAS DE MEDIDA: 5,5M/55M/100M/1000M/5,5GΩ, TENSÃO DE TESTE DC: 100/250/500/1000V.	UNIDADE	4	R\$ 1.977,33	R\$ 7.909,32
		MICRO RETÍFICA COM 172 PEÇAS. DADOS TÉCNICOS: POTÊNCIA 130 WATTS. ROTAÇÃO 8.000 / 30.000 RPM. CABO E PLUGUE. PINÇA 3,2MM. CONTROLE DE VELOCIDADE. ITENS INCLUSOS NA CAIXA: 1 MICRO RETÍFICA; 1 BASTÃO ABRASIVO; 1 CHAVE PARA MICRO RETÍFICA; 4 CILINDROS DE FELTRO; 74				

42	470428	DISCOS DE CORTE; 10 DISCOS DE LIXA; 1 ESCOVA CIRCULAR INOX COM HASTE; 1 ESCOVA CIRCULAR LATÃO COM HASTE; 1 ESCOVA CIRCULAR NYLON COM HASTE; 2 ESCOVAS PINCÉIS INOX COM HASTE; 1 ESCOVA PINCEL LATÃO COM HASTE; 1 ESCOVA PINCEL NYLON COM HASTE; 2 HASTES PARA DISCO DE CORTE; 1 HASTE PARA DISCO DE FELTRO; 2 HASTES PARA LIXA CILINDRO; 1 HASTE PARA RODA DE PANO; 7 LIMAS ROTATIVAS; 3 LIMAS ROTATIVAS DIAMANTADAS; 30 LIXAS CILINDRO; 1 PASTA PARA POLIMENTO; 4 PINÇAS PARA MICRO RETÍFICA; 1 PONTA COM FELTRO; 10 PONTAS MONTADAS; 4 REBOLOS DE CARBURETO DE SILÍCIO; 4 REBOLOS DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO; 1 RODA DE BORRACHA; 1 RODA DE FELTRO; 1 RODA DE LIXA; 1 RODA DE PANO.	UNIDADE	7	R\$ 355,69	R\$ 2.489,83
43	470428	MICRO RETÍFICA COM INTERRUPTOR DE VELOCIDADE VARIÁVEL; EIXO FLEXÍVEL; ESCOVAS DE CARVÃO SUBSTITUÍVEIS; MOTOR UNIVERSAL COM ROLAMENTO DE ESFERAS; FUNCIONAMENTO BALANCEADO E SEM AQUECIMENTO EXCESSIVO. 2 ESCARIADORES PARA GRAVAÇÃO; NO MÍNIMO 30 DISCOS DE CORTE; 1 SUPORTE PARA TUBO DE LIXA; 1 LIXA GRANA 60; NO MÍNIMO 30 DISCOS DE LIXA; 1 FELTRO PARA POLIMENTO; 1 PASTA DE POLIMENTO; HASTES ADAPTADORAS; CHAVE PARA A TROCA DE FERRAMENTAS. POTÊNCIA: 120W, TENSÃO 127V. PESO APROXIMADO 0,5KG RPM: 5.000 - 32.000 / MIN. MANUAL DE INSTRUÇÕES.	UNIDADE	2	R\$ 357,60	R\$ 715,20
44	486478	MICROINVERSOR SOLAR ON GRID - DADOS DE SAÍDA: POTÊNCIA DE SAÍDA NO MÍNIMO: 1600W; POTÊNCIA DE SAÍDA NO MÍNIMO: 1600W; CORRENTE DE SAÍDA NO MÍNIMO: 7,3A; TENSÃO NOMINAL / FAIXA: 176 - 242V; FREQUÊNCIA NOMINAL / FAIXA: 60.0 / 59,3 – 60,5HZ; FATOR DE POTÊNCIA: >0,99; EFICIÊNCIA DO INVERSOR: NO MÍNIMO 96%; ENTRADA CC: POTÊNCIA DE ENTRADA: 210 – 600W (POR MÓDULO, NO MÁXIMO 4 MÓDULOS); MÁX. TENSÃO CC DE ENTRADA: 60V; FAIXA DE OPERAÇÃO DO MPPT: 25 – 55V; FAIXA DE TENSÃO OPERACIONAL CC: 20 – 60V; MÁX. CORRENTE DE CURTO-CIRCUITO CC: 16A; MÁX. CORRENTE DE ENTRADA: 12,5A X 4 POR MÓDULO; EFICIÊNCIA ESTATICA DO MPPT: NO MÍNIMO 98%; CONSUMO NOTURNO: NO MÁXIMO 100MW; TEMPERATURA AMBIENTE DE OPERAÇÃO: -40 - +65°C; GRAU DE PROTEÇÃO: IP67; COMPATIBILIDADE COM MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DE 60 – 144 CÉLULAS; FUNÇÃO DE DESLIGAMENTO RÁPIDO; FUNÇÃO DE DESLIGAMENTO RÁPIDO; COMUNICAÇÃO MÍNIMA: WIFI, POWER LINE, ZIGBEE; CONFORMIDADE COM O INMETRO; GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 ANOS.	UNIDADE	4	R\$ 1.522,11	R\$ 6.088,44
45	261172	MORSA DE BANCADA N.º 04 - MATERIAL: FERRO FUNDIDO NODULAR, MORDENTES EM AÇO TEMPERADO E CEMENTADO E SUBSTITUÍVEIS, FUSO FORJADO COM ROSCA TRAPEZOIDAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: LARGURA DOS MORDENTES: 100 MM, ABERTURA ÚTIL: 100 MM.	UNIDADE	1	R\$ 182,92	R\$ 182,92
46	460122	MULTÍMETRO DIGITAL 3 1/2 DÍGITOS - MULTÍMETRO, TENSÃO AC 200/600, CORRENTE DC 10, RESISTÊNCIA 0-2 KOHM A 0-20, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY 3 1/2 DÍGITOS, 2.000 CONTAGENS, TENSÃO DC 200MV/2V /20V/200V/600, TIPO DIGITAL, FUNCIONAMENTO BATERIA 9V.	UNIDADE	25	R\$ 107,92	R\$ 2.698,00
47	460122	MULTÍMETRO DIGITAL CATEGORIA DE SEGURANÇA III 600V. MEDIDA DE TENSÃO DC (FAIXAS: 600MV, 6V, 60V, 600V, 1000V. RESOLUÇÃO: 0,1MV, 1MV, 10MV, 100MV, 1V. IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 10 MOHMS. PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: 1000V DC / 750V AC RMS). MEDIÇÃO DE TENSÃO AC (FAIXAS: 6V, 60V, 600V, 750V; RESOLUÇÃO: 1MV, 10MV, 100MV, 1V IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: 10 MOHMS). MEDIÇÃO DE CORRENTE DC (FAIXAS: 600µA, 6000µA; RESOLUÇÃO: 100NA, 1µA; QUEDA DE TENSÃO: 0,1MV/µA OU MENOR). MEDIÇÃO DE CORRENTE AC (FAIXAS: 600µA, 6000µA; RESOLUÇÃO: 100NA, 1µA; QUEDA DE TENSÃO: 0,1MV/µA OU MENOR). MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA (FAIXAS: 600, 6K, 60K, 600K, 6M, 60 MOHMS; RESOLUÇÃO: 0,1, 1, 10, 100, 1K, 10 KOHMS). PROTEÇÃO DE SOBRECARGA 1000V DC/ 750 V AC, FUSÍVEL E 100MA /250V. DISPLAY LCD DE 3½ DÍGITOS TENSÃO MÁXIMA 600 V OU SUPERIOR. CORRENTE MÁXIMA 10 A OU SUPERIOR. AUTOESCALA; MEDIÇÃO DE HFE, CAPACITÂNCIA, FREQUÊNCIA, CONTINUIDADE. HOLSTER PROTETOR. ALIMENTAÇÃO BATERIA 9V OU RECARREGÁVEIS INCLUÍDAS. PONTAS DE PROVA INCLUÍDAS. MANUAIS (EM PORTUGUÊS OU INGLÊS) INCLUÍDOS.	UNIDADE	10	R\$ 340,86	R\$ 3.408,60
		MULTÍMETRO DIGITAL COM DISPLAY LCD DE 3 1/2 DÍGITOS, INDICAÇÃO E AUTO POWER OFF. TAXA DE AMOSTRAGEM NO DISPLAY, PEAK HOLD, ILUMINAÇÃO DO DISPLAY, INDICAÇÃO DE POLARIDADE, SOBRE FAIXA E BATERIA FRACA. DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE FUSÍVEL QUEIMADO, MUDANÇA DE FAIXA MANUAL OU AUTOMÁTICA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS				

48	460122	APROXIMADAMENTE 20 MINUTOS. LEITURA DE TENSÃO DC: 200 MV, 2 V, 20 V, 200 E 1000 V COM RESOLUÇÃO DE 0,1 MV, 1 MV, 10 MV, 100 MV E 1 V. LEITURA DE TENSÃO AC: 200 MV, 2 V, 20 V, 200 V E 750 V COM RESOLUÇÃO DE 0,1 MV, 1 MV, 10 MV, 100 MV E 1 V. LEITURA DE RESISTÊNCIA: 200 OHMS, 2 KOHMS, 20 KOHMS, 200 KOHMS, 2 MOHMS, 20 MOHMS E 2000 MOHMS COM RESOLUÇÃO DE 0,1 OHM, 1 OHM, 10 OHMS, 100 OHMS, 1 KOHM, 10 KOHMS E 1 MOHM. LEITURA DE CAPACITÂNCIA: 20 NF, 200 NF, 2 MICRO F, 20 MICRO F E 200 MICRO F COM RESOLUÇÃO DE 10 PF, 100 PF, 1 NF, 10 NF E 100 NF. LEITURA DE CORRENTE DC E AC: 2 MA, 20 MA, 200 MA E 20 A COM RESOLUÇÃO DE 1 MICRO A, 10 MICRO A, 100 MICRO E 10 MA. LEITURA DE TEMPERATURA: DESDE -20 A 1000° C, COM RESOLUÇÃO DE 1° C. LEITURA DE FREQUÊNCIA: 2 KHZ, 20 KHZ, 200 KHZ, 2000 KHZ E 10 MHZ COM RESOLUÇÃO DE 1 HZ, 10 HZ, 100 HZ, 1 KHZ E 10 KHZ. LEITURA DE INDUTÂNCIA: 2 MH, 20 MH, 200 MH, 2 H E 20 H COM RESOLUÇÃO DE 1 MICRO H, 10 MICRO H, 100 MICRO H, 1 MH E 10 MH. CAPACIDADE DE EFETUAR TESTE DE CONTINUIDADE, TESTE DE DIODO E TESTE DE TRANSISTOR (HFE). SEGURANÇA CONFORME IEC1010 PARA SOBRETENSÃO E DUPLA ISOLAÇÃO CAT II 1000 V. DEVE VIR ACOMPANHADO DOS SEGUINTE ACESSÓRIOS: MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, BATERIA 9 V INSTALADA, PAR DE PONTAS DE PROVA, CABO RS-232C, SOFTWARE PARA INTERFACE RS-232C, PONTA DE TEMPERATURA, HOLSTER. MARCA DE REFERÊNCIA: MINIPA MODELO ET-2082C.	UNIDADE	31	R\$ 262,22	R\$ 8.128,82
49	460122	MULTÍMETRO DIGITAL TIPO CAT LL 600 V. CAPACIDADE DE TENSÃO AC 600 V; CAPACIDADE DE TENSÃO DC 600 V; CAPACIDADE DE CORRENTE DC 10 A; NÚMEROS DE DÍGITOS/CONTAGEM DO MULTÍMETRO 3 1/2 DÍGITOS - 0 A 1.999. DEVE ACOMPANHAR UM PAR DE PONTAS DE PROVA E UMA BATERIA 9 V.	UNIDADE	2	R\$ 150,91	R\$ 301,82
50	274871	OSCILOSCÓPIO DIGITAL 70 MHZ, 2 CANAIS. TELA LCD DE 7 POLEGADAS. TAXA DE AMOSTRAGEM MÁXIMA DE 2 GSA/S. MODELO DE REFERÊNCIA: KEYSIGHT DSOX1202A.	UNIDADE	6	R\$ 4.299,18	R\$ 25.795,08
51	266177	OSCILOSCÓPIO DIGITAL 70 MHZ/4 CANAIS (12 BITS VERTICAL, 1.25 GSA/S E 25 MPTS DE PROFUNDIDADE DE MEMÓRIA). ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: TELA DE LCD 7" TOUCH SCREEN COM RESOLUÇÃO DE 1024 X 600; BANDA DE FREQUÊNCIA 70 MHZ; NÚMERO DE CANAIS: 4 ; RESOLUÇÃO VERTICAL 12 BITS; TAXA DE AMOSTRAGEM EM TEMPO REAL: 1,25GSA/S OU MAIOR (1 CANAL), UTILIZANDO OS DOIS CANAIS 625MSA/S E 312,5MSA/S PARA TODOS OS CANAIS; PROFUNDIDADE DE MEMÓRIA: 25 MPTS PARA 1 CANAL; TAXA MÁXIMA DE CAPTURA: 30.000 WFMS/S NO MODO VETOR E 1.000.000 WFMS/S NO MODO "ULTRAACQUIRE" OU SIMILAR; ESCALA DE TEMPO HORIZONTAL: 5 NS/DIV A 500 S/DIV; ESCALA VERTICAL: 500 UV/DIV A 10 V/DIV, GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DA FORMA DE ONDA: 500.000 FRAMES; 41 MEDIÇÕES AUTOMÁTICAS; MODO DE AQUISIÇÃO: NORMAL, DETECÇÃO DE PICO, MÉDIO E "ULTRA AQUISIÇÃO" OU SIMILAR; MODO TRIGGER: AUTO, NORMAL, SINGLE ("ÚNICO"); ACOPLAMENTO DE TRIGGER: DC, AC, REJEIÇÃO DE ALTA FREQUÊNCIA, REJEIÇÃO DE BAIXA FREQUÊNCIA; TIPOS DE TRIGGER: EDGE TRIGGER, PULSE TRIGGER, SLOPE TRIGGER, VIDEO TRIGGER, PATTERN TRIGGER, DURATION TRIGGER, TIMEOUT TRIGGER, RUNT TRIGGER, WINDOW TRIGGER, DELAY TRIGGER, SETUP/HOLD TRIGGER, NTH EDGE TRIGGER, RS232/UART, I2C, SPI; MODO HORIZONTAL: YT, XY, SCAN, ROLL; TEMPO DE SUBIDA (10% A 90% TÍPICO) - MENOR OU IGUAL A 5 NS; DETECÇÃO DE PICOS: CAPTURE GLITCHES (OU FALHAS) DE 2 NS (OU MENOR); FUNÇÕES MATEMÁTICAS COMO SOMA, SUBTRAÇÃO, DIVISÃO, MULTIPLICAÇÃO, LOGARITMO, INTEGRAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO, PASSA BAIXA, PASSA ALTA, PASSA BANDA, DENTRE OUTROS; FUNÇÃO FFT: RECTANGULAR, BLACKMAN-HARRIS, HANNING (DEFAULT), HAMMING, FLATTOP, AND TRIANGLE; TESTE PASSA/FALHA (TESTE DE MÁSCARA); HISTOGRAMA; DECODIFICAÇÃO SERIAL PADRÃO: PARALLEL, RS232/UART, I2C, SPI; VOLTÍMETRO DIGITAL DE 3 DÍGITOS: DC, AC+DCRMS, ACRMS; FREQUENCÍMETRO DE 3 A 6 DÍGITOS; INTERFACE DE COMUNICAÇÃO PADRÃO: 1 X USB3.0 HOST, 1 X USB3.0 DEVICE, 1 X LAN, 1 X WEB REMOTE CONTROL, 1 X EXT, 1 X AUX OUT, 1 X HDMI; MEMÓRIA INTERNA: 8GB; 4 X PONTAS DE PROVA PASSIVAS 150MHZ PVP3150, 1 X CABO PARA ALIMENTAÇÃO, 1 X CABO DE CONEXÃO TERRA COM O PLUG BANANA; TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA: 300VRMS CAT I - 400VPICO; COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA: COMPATÍVEL COM A DIRETIVA EMC 2014/30/EU, COMPATÍVEL OU SUPERIOR ÀS NORMAS ESPECIFICADAS EM IEC 61326-1:2013/EN 61326-1:2013 GRUPO 1 CLASSE A SEGURANÇA: EN 61010-1:2019, EN 61010-031:2015, IEC 61010-1:2016, IEC 61010-2-030:2017, UL 61010-1:	UNIDADE	1	R\$ 4.672,33	R\$ 4.672,33

		2012 R7, UL 61010-2-31:2017 R2, CAN/CSA-22.2 Nº 61010-1-12:2017, CAN/CSA-22.2 Nº 61010-2-30:2018, CAN/CSA-22.2 Nº 61010-031-07:201. GARANTIA DE 3 ANOS. REFERÊNCIA: RIGOL DH0804 OU SIMILAR.				
52	484406	OSCILOSCÓPIO DIGITAL 4 CANAIS - DISPLAY DE 7" (800 HORIZONTAL × RGB × 480 VERTICAL PIXEL) -BANDA DE FREQUÊNCIA: 50MHZ -NÚMERO DE CANAIS: 4 (QUATRO) CANAIS ANALÓGICOS -TAXA DE AMOSTRAGEM EM TEMPO REAL: 1GSA/S (SE UTILIZAR OS 4 CANAIS A TAXA SERÁ 250MSA/S POR CANAL) - PROFUNDIDADE DE MEMÓRIA: 24MPTS (SE UTILIZAR OS 4 CANAIS A MEMÓRIA SERÁ 6MPTS/CANAL) -MÁXIMA TAXA DE CAPTURA DE FORMA DE ONDA: 30,000 WFMS/S -PONTA DE PROVA PASSIVA PADRÃO 150MHZ PVP3150 -FORMA DE ONDA EM TEMPO REAL DO HARDWARE/FUNÇÕES DE GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO: ATÉ 60.000 FRAMES -RESOLUÇÃO VERTICAL: 8 BIT -ESCALA VERTICAL: 1 MV/DIV A 10 V/DIV -BASE DE TEMPO HORIZONTAL: 5 NS/DIV TO 50 S/DIV - MODO TRIGGER: AUTO, NORMAL, SINGLE -TRIGGER: BORDA, PULSO, RUNT, JANELA, NTH, INCLINAÇÃO, VÍDEO, PADRÃO, DELAY, TIMEOUT, DURAÇÃO, SETUP/HOLD, RS232/UART, I2C, SPI. -CURSORES: MANUAL, RASTREIO E AUTO - 31 MEDIÇÕES AUTOMÁTICAS - POSSIBILIDADE DE 5 MEDIÇÕES AO MESMO TEMPO -16 OPERAÇÕES MATEMÁTICAS INCLUINDO SOMA, ADIÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, FFT -FILTRO: PASSA-BAIXO, PASSA-ALTO, BAND PASS, STOP PASS -PORTAS PADRÃO: HOST USB, DISPOSITIVO USB, LAN, SAÍDA AUXILIAR (TRIGOUT / PASSFAIL) - SOFTWARE PADRÃO: ULTRA SIGMA, ULTRA SCOPE ALIMENTAÇÃO:BIVOLT -ENTRADA MÁXIMA TENSÃO (1 MOHMS) CAT I 300 VRMS, CAT II 100 VRMS, SOBRETENSÃO TRANSITÓRIA 1000 VPK - COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA: 2014/30/EU - IEC 61326-1:2013/EN 61326-1:2013 GRUPO 1 CLASS A - SEGURANÇA: IEC 61010-1:2010 -DIMENSÕES: 313.1 MM × 160.8 MM × 122.4 MM -PESO: 3,2KG - GARANTIA: 03 (TRÊS) ANOS PARA O EQUIPAMENTO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO INCLUI: -1 X CABO DE ALIMENTAÇÃO -1 X CABO USB -4 X PONTAS DE PROVA PASSIVA 150MHZ MODELO PVP3150 -1 X GUIA RÁPIDO.	UNIDADE	18	R\$ 5.097,28	R\$ 91.751,04
53	602052	PAQUÍMETRO DIGITAL, CAPACIDADE DE 300 MM, COM RESOLUÇÃO DE 0,01 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL, PODENDO SER ZERADO EM QUALQUER POSIÇÃO DO CURSOR, COM DÍGITOS GRANDES (11 MM) E BOTÃO TROCA RÁPIDA ENTRE DOIS MODOS DE MEDIÇÃO: MILÍMETRO/POLEGADA, DEVENDO ACOMPANHAR BATERIA, COM PARAFUSO DE FIXAÇÃO PARA TRAVAR MEDIDA.	UNIDADE	4	R\$ 640,85	R\$ 2.563,40
54	275451	PAQUÍMETRO UNIVERSAL, EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 150 MM/6, RESOLUÇÃO 0.05 MM / 1/128, POSSUI PARAFUSO FIXADOR, IMPULSOR, QUADRIDIMENSIONAL, MEDIÇÃO INTERNA, EXTERNA, PROFUNDIDADE E RESSALTO, COM ESTOJO E GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	20	R\$ 136,75	R\$ 2.735,00
55	607558	PARAFUSADEIRA À BATERIA 125 VT, 12 V, CONTENDO MANDRIL DE APERTO RÁPIDO 3/8" (10 MM), EMPUNHADURA CENTRAL BALANCEADA, OITO POSIÇÕES DE TORQUE, VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL, VELOCIDADE DA ROTAÇÃO 0-600 RPM, BATERIA INTERCAMBIÁVEL, 127 V.	UNIDADE	7	R\$ 545,38	R\$ 3.817,66
56	601733	REGULADOR PARA CILINDRO DE GÁS ARGÔNIO, APLICAÇÃO SOLDAGEM TIG E MIG. CORPO TOTALMENTE FORJADO EM LATÃO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA INTERNA E VÁLVULA DE ALÍVIO EXTERNA. VAZÃO DE 40 L/MIN. GARANTIA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	6	R\$ 155,39	R\$ 932,34
57	258752	POLICORTE SERRA RÁPIDA DE CORTAR FERRO, MÁQUINA ROBUSTA EM FERRO FUNDIDO, ÂNGULO DE CORTE MÁXIMO DE 45°, COM MORSA PARA ASSEGURAR PRECISÃO NO CORTE, POTÊNCIA 3,0 CV, FREQUÊNCIA 60 HZ, DISCO DE CORTE DE 12", ROTAÇÃO DE 3600 RPM, TENSÃO 220/380V. DEVE CONTER 5 DISCOS DE CORTE PARA REPOSIÇÃO.	UNIDADE	2	R\$ 2.816,52	R\$ 5.633,04
58	631642	SOPRADOR TÉRMICO, TENSÃO 127V OU 220 V (BIVOLT), POTÊNCIA: 1600W, VOLUME DE AR: 250L-500L/MIN, TEMPERATURA: 50~550°C, PESO APROXIMADO: 840 G.	UNIDADE	5	R\$ 149,14	R\$ 745,70
59	328452	TERMOHIGRÔMETRO DIGITAL COM SENSOR DE UMIDADE E TEMPERATURA. MEDIDA DE TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA. CAPACIDADE DE LEITURA DE -50 A 70°C EXTERNA E 0 A 50°C INTERNA, 10 A 95% UMIDADE RELATIVA. PRECISÃO DE 1°C, DIVISÃO 0,1C, FUNÇÃO °C E °F. REGISTRO MÁXIMO E MÍNIMO DE TEMPERATURA. MONITORAMENTO CONTÍNUO. CABO EXTENSOR DE 1,95 M. FUNCIONAMENTO A BATERIA DE 1,5 V (AAA). MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE CONTENDO BATERIA RESERVA E GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 1 ANO. TAMANHO MÍNIMO DE VISOR 39 X 30 MM E TAMANHO TOTAL DO EQUIPAMENTO MÁXIMO DE 85 X 62 X 19 MM.	UNIDADE	5	R\$ 212,19	R\$ 1.060,95

60	606017	TORNO MECÂNICO DE BANCADA PROFISSIONAL, 550 MM DE COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE, TENSÃO DE 220 V, POTÊNCIA APROXIMADA DE 550 W, 60 HZ, AJUSTE PARA 6 VELOCIDADES DIFERENTES, COM PESO APROXIMADO DE 180 KG.	UNIDADE	5	R\$ 14.863,04	R\$ 74.315,20
VALOR TOTAL:			R\$ 721.591,03			

- 1.2. A(s) quantidade(s) demandada(s) por cada campus constam no Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável por igual período contados do(a) divulgação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme informações constantes nos Documentos de Formalização de Demanda dos *campi* do IFPR.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os fornecedores deverão priorizar a entrega de materiais que possibilitem a reciclagem, observando as diretrizes de sustentabilidade social, ambiental e econômica e ainda, observando em seus processos, no que couber: o menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e preparação dos materiais;
- 4.1.2. É vedado o fornecimento de itens cuja composição contemple materiais perigosos ou tóxicos;

- 4.1.3. Para as baterias e itens correlacionados deverão ser observadas, no que couber, a Resolução CONAMA n.º 401, de 4 de novembro de 2008, inclusive no que tange à logística reversa dos materiais;
- 4.1.4. A forma de logística reversa deverá ser definida entre a unidade demandante e a empresa vencedora, no momento do envio da nota de empenho.

Subcontratação:

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

- 4.4. A aplicação de margem de preferência observará o disposto no art. 26 da Lei n.º 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, bem como pelas Resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.
- 4.4.1. Quando o objeto da contratação estiver enquadrado nas hipóteses previstas em norma específica, será observada a margem de preferência normal e/ou adicional, conforme regulamentação vigente.
- 4.4.2. A comprovação da origem e enquadramento, quando aplicável, será realizada por meio dos documentos exigidos pela legislação, a exemplo do Código de Credenciamento Finame (CFI) do BNDES ou outros instrumentos oficiais definidos em regulamentação.
- 4.4.3. Caso o objeto não se enquadre nas hipóteses de aplicação da margem de preferência, a contratação ocorrerá sem a sua incidência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única, podendo sofrer alterações conforme necessidade.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s):

CAMPUS / UNIDADE		ENDEREÇO COMPLETO
1	CAMPUS CHATEAUBRIAND	Av. Cívica, n.º 475 - Centro Cívico. CEP: 85935-000 - Assis Chateaubriand /PR.
2	CAMPUS BARRACÃO	Rodovia BR 163, n.º 2115, Bairro Industrial, CEP 85.700-000 - Barracão /PR.
3	CAMPUS CAPANEMA	Rua Cariris n.º 750 Bairro Santa Bárbara – CEP 85760-000 Capanema/PR.
4	CAMPUS CASCAVEL	Av. das Pombas, n.º 2020 - Floresta. CEP: 85814-800 - Cascavel/PR.
5	CAMPUS COLOMBO	Rua Antônio Chemin, n.º 28 - São Gabriel. CEP: 83403-515 - Colombo/PR.

6	CAMPUS CURITIBA	Rua João Negrão, n.º 1285 - Rebouças. CEP: 80230-150 - Curitiba/PR.
7	CAMPUS FOZ DO IGUAÇU	Avenida Araucária, n.º 780 - Bairro Itaipu A. CEP 85860-000 - Foz do Iguaçu/PR.
8	CAMPUS IRATI	Rua Pedro Koppe, n.º 100 - Vila Matilde. CEP: 84507-302 - Irati/PR.
9	CAMPUS IVAIPORÃ	Rua Max Arthur Greipel, n.º 505 - Parque Industrial. CEP: 86.780-000 - Ivaiporã/PR.
10	CAMPUS JAGUARIAÍVA	Rodovia PR 151, Km 23. CEP: 84200-00 - Jaguariaíva/PR.
11	CAMPUS LONDRINA	Unidade Centro: Rua João XXIII, n.º 600 - Jardim Dom Bosco, Praça Horace Well. CEP: 86060-370 - Londrina/PR. Unidade Norte - Avenida da Liberdade, n.º 855, conjunto Ruy Virmond Carnasciali, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080 - Londrina/PR.
12	CAMPUS PARANAGUÁ	Rua Antônio Carlos Rodrigues, N.º 453 - Porto Seguro. CEP: 83215-750 - Paranaguá/PR.
13	CAMPUS PARANAVAÍ	Rua José Felipe Tequinha, n.º 1400 - Jd. das Nações. CEP: 87703-536 - Paranavaí/PR.
14	CAMPUS PITANGA	Rua José de Alencar, n.º 1080 - Jardim Planalto. CEP: 85200- 00 - Pitanga /PR.
15	CAMPUS QUEDAS DO IGUAÇU	Rua Marginal Imbirama, n.º 300, Linha Tapuí. CEP: 85460- 000 - Quedas do Iguaçu/PR.
16	CAMPUS UMUARAMA	Rodovia PR 323, Km 310 - Parque Industrial. CEP 87507-014 - Umuarama /PR.

5.4. A entrega dos bens compreende o transporte e descarga em local indicado pela Administração, inclusive em pavimentos superiores, sendo tais custos e responsabilidades integralmente da contratada.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, quando não está descrito um prazo maior na tabela I das especificações dos itens deste Termo de Referência ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Da vigência da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento:

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

6.2. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o fornecedor que tiver seus preços registrados, poderá ser convocado a qualquer tempo durante a vigência da ARP para entregar o objeto adjudicado mediante o recebimento de Nota de Empenho (NE) e Autorização de Fornecimento (AF), de acordo com as necessidades do IFPR e quantidades estabelecidas na NE.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos da mesma Lei.

6.4. Previamente à emissão da Nota de Empenho a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

6.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

6.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

6.6. Se o adjudicatário, durante a vigência da ARP, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando não regularizar as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) até 10 % (dez por cento)

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato/ata de registro de preços referente ao(s) item(ns) demandado(s).

7.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

7.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

7.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento:

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação:

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento:

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste:

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/04/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento:

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços:

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação:

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação:

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 721.591,03 (setecentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e um reais e três centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei n.º 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital no Termo de Referência e em seus anexos

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS:

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES:

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Paraná, Seção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90012/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANO WILLIAN DA SILVA VIANA PEREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:00:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Relatório de Demanda por Campi.pdf (599.44 KB)

RELATÓRIO
DEMANDA X CAMPI

1	CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND	9	CAMPUS IVAIPORÃ
2	CAMPUS BARRAÇÃO	10	CAMPUS JAGUARIAÍVA
3	CAMPUS CAPANEMA	11	CAMPUS LONDRINA
4	CAMPUS CASCAVEL	12	CAMPUS PARANAGUÁ
5	CAMPUS COLOMBO	13	CAMPUS PARANAVAÍ
6	CAMPUS CURITIBA	14	CAMPUS PITANGA
7	CAMPUS FOZ DO IGUAÇU	15	CAMPUS QUEDAS DO IGUAÇU
8	CAMPUS IRATI	16	CAMPUS UMUARAMA

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	ALICATE AMPERÍMETRO COM VOLTÍMETRO	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
2	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PARA CORRENTE CONTÍNUA	5	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	BANCADA MULTIUSO COM 7 GAVETAS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
4	BIGORNA 20 KG	3	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
5	BOMBA PERIFERICA 1/2CV TRIFÁSICA 220/380V	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
6	BOMBA SUBMERSÍVEL ELÉTRICA	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1
7	COMPRESSOR DE AR 24 LITROS BIVOLT	2	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
8	COMPRESSOR DE AR À BATERIA	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	COMPRESSOR DE AR PROFISSIONAL PORTÁTIL	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	CONJUNTO QUEDA LIVRE	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	CONTROLADOR DE CARGA SOLAR	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
13	CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL DE PEQUENO PORTE	24	10	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	10	-	-	-
14	CORTADORA A LASER	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	DURÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL SHORE A	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
16	ESMERILHADEIRA ANGULAR PEQUENA	8	7	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	ESTAÇÃO DE SOLDA	22	18	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	ESTAÇÃO DE SOLDA SMD	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-

19	FONTE CC SIMÉTRICA	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20	FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE BANCADA DIGITAL REGULÁVEL	24	-	-	2	3	-	2	4	-	-	-	-	3	10	-	-	-
21	FONTE DE BANCADA COM TENSÃO CONTÍNUA AJUSTÁVEL DE PELO MENOS 0 A 30V	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-
22	FORNO PARA CERÂMICA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
23	GERADOR DE ENERGIA À GASOLINA	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
24	GERADOR DE FUNÇÕES	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	GERADOR DE FUNÇÕES ARBITRÁRIAS DE BANCADA	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
26	GERADOR DE FUNÇÕES DE DOIS CANAIS	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27	IHM LCD	7	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
28	IMPRESSORA 3D COMPACTA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
29	IMPRESSORA 3D DE RESINA	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-
30	IMPRESSORA 3D FDM DE ALTO DESEMPENHO COM SISTEMA DE MÚLTIPLAS CORES FECHADA	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
31	IMPRESSORA 3D FECHADA CORE XY	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
32	IMPRESSORA 3D MULTIFILAMENTO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
33	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO	13	10	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	JOGO DE CHAVES COMBINADAS	3	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
35	JOGO DE MACHOS E COSSINETES	4	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
36	KIT PARA ENSAIO LIMITE DE PLASTICIDADE DO SOLO	10	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	MAQUINA DE LAVAGEM E CURA DE IMPRESSÃO 3D	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
38	MÁQUINA DE SOLDA PORTÁTIL COM APROXIMADAMENTE 160A	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39	MÁSCARA DE SOLDA COM ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO COM PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA/INFRAVERMELHO UV 15/IV 14. FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -5°C/+55°C	17	15	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
40	MEDIDOR DE DISTÂNCIA A LASER, CAPACIDADE MÍNIMA 50 M	3	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
41	MEGÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL	4	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42	MICRO RETÍFICA COM 172 PEÇAS	7	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
43	MICRO RETÍFICA VELOCIDADE VARIÁVEL	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44	MICROINVERSOR SOLAR ON GRID	4	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
45	MORSA DE BANCADA N° 04	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-

46	MULTIMETRO DIGITAL 3 1/2 DÍGITOS	25	-	-	-	1	-	-	21	-	-	3	-	-	-	-	-	-
47	MULTÍMETRO DIGITAL CATEGORIA DE SEGURANÇA III 600V	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-
48	MULTÍMETRO DIGITAL COM DISPLAY LCD DE 3 1/2 DÍGITOS	31	20	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-
49	MULTÍMETRO TIPO CAT LL 600 V	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50	OSCIOSCÓPIO DIGITAL 70 MHZ, 2 CANAIS	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
51	OSCIOSCÓPIO DIGITAL TOUCHSCREEN 70 MHZ/4 CANAIS - 12 BITS	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	OSCIOSCÓPIO DIGITAL, 4 CANAIS	18	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
53	PAQUÍMETRO DIGITAL COM DÍGITOS GRANDES, FUNÇÃO DE ZERO A QUALQUER PONTO E ALIMENTAÇÃO À BATERIA, 300 MM	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54	PAQUÍMETRO UNIVERSAL, EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 150 MM/6, RESOLUÇÃO 0.05 MM / 1/128	20	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	10	-	-	-	-
55	PARAFUSADEIRA À BATERIA 125 VT 12 V, ROTAÇÃO 0-600 RPM	7	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
56	REGULADOR DE PRESSÃO PARA CILINDRO DE GÁS ARGÔNIO	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
57	SERRA POLICORTE	2	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
58	SOPRADOR TÉRMICO 127V OU 220 V (BIVOLT) 1600W	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-
59	TERMOHIGRÔMETRO DIGITAL COM SENSOR DE UMIDADE E TEMPERATURA	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-
60	TORNO MECÂNICO DE BANCADA	5	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		372	117	3	6	5	1	52	46	2	19	3	2	44	66	2	3	1



Documento assinado eletronicamente por **SUELI MIWA KIHARA ARABORI, Coordenador(a)**, em 08/04/2026, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4144369** e o código CRC **DA2C58E6**.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico Nº 90007/2026

PROCESSO SEI: 23411.001110/2026-08

PARA LANÇAR A PROPOSTA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR

A licitante deverá preencher o campo da Especificação Detalhada do Objeto, com as informações sobre o item, esclarecendo todas as especificações técnicas do serviço/material, conforme o solicitado no Termo de Referência, sendo desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo:

- não serão aceitas descrições genéricas como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital”, dentre outras ou identificarem a licitante;
- No campo Fabricante deverá ser preenchido com o nome de um Fabricante;
- No campo Marca deverá ser preenchido com somente uma marca e um modelo, se houver.

PARA ENCAMINHAR A PROPOSTA DEFINITIVA - PARA A LICITANTE VENCEDORA:

A Proposta escrita, a ser encaminhada pela licitante vencedora, após a fase de lances, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas:

- descrição detalhada;
- quantidade, marca modelo, Fabricante, preço unitário e preço total;
- preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula;
- identificação da empresa: CNPJ, endereço, telefones, e-mail, representante legal e responsáveis pelo contato;
- validade da proposta e prazo de garantia.

Razão Social:

CNPJ:

Rua: nº: Bairro:
Cidade: CEP: Estado:

Contato/Representante legal:

RG: CPF:

Fone/Fax:

E-mail:

Dados para pagamento:

Banco: Agência: Conta:

PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca ou modelo	VALOR POR EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da dispensa eletrônica.

Declaramos também que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Município, ____ de _____ de 20__.

Representante Legal
Empresa Fornecedora

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Ata de Registro de Preços 73/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
73/2026	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	PRISCILLA DA SILVA CARVALHO	24/04/2026 14:38 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23411.001110/2026-08

Informações Iniciais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) com sede na Rua Emílio Bertolini, 54, Cajuru, na cidade de Curitiba, Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.652.179 /0001-1, neste ato representado o pelo Reitor, Adriano Willian da Silva Viana Pereira, nomeado pelo decreto de 6 de fevereiro de 2024, publicada no DOU de 06 de fevereiro de 2024, seção 2, página 1, portador da Matrícula Funcional nº 1651087, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90007 /2026, publicada no XX de XX/XX/202XX, processo administrativo n.º 23411.001110/2026-08, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na (s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Materiais e Equipamentos do Eixo de Controle e Processos Industriais - Permanente, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 18/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a declaração de concordância com a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a declaração de concordância com a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a declaração de concordância com a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado. 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. O(s) representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s) assinam a declaração de concordância com a ata, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1(uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pela Autoridade competente e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Curitiba, 2026

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANO WILLIAN DA SILVA VIANA PEREIRA
Autoridade competente

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N. 90007/2026 – IFPR

PROCESSO Nº 23411.001110/2026-08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 73/2026

OBJETO: Aquisição de Materiais e Equipamentos do Eixo de Controle e Processos Industriais - Permanente, destinados ao atendimento das demandas dos diversos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Órgão Gerenciador

Instituto Federal do Paraná – IFPR

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços

Razão Social: [Nome da empresa], CNPJ: [CNPJ da empresa]

A empresa [Nome da empresa], detentora da Ata de Registro de Preços n.º 73/2026, representada por seu representante legal [Nome e Cargo do Representante], declara que:

1. Concorda com os termos e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços n.º 73/2026, firmada entre o órgão gerenciador Instituto Federal do Paraná e a empresa [Razão Social], nos termos e condições estabelecidos;

2. Assume o compromisso de cumprir todas as obrigações contratuais e legais, inclusive no que se refere a prazos, valores e especificações técnicas dos itens registrados, mantendo as condições da proposta homologada para o referido certame;

3. Ratifica que este termo substitui a assinatura direta na ARP como manifestação expressa de sua plena concordância, validando o documento para todos os efeitos legais e administrativos;

4. Informa que o e-mail [E-mail da Empresa] será o canal para recebimento dos empenhos, ordens de serviço e demais documentos ou solicitações relativas ao presente processo, assumindo a responsabilidade pelo recebimento destes e comprometendo-se a comunicar qualquer mudança nos contatos.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura

Responsável Legal

[Nome do Representante Legal]

[Cargo do Representante]